Carta Aberta dos Municípios Brasileiros

Excelentíssimo Senhor Ministro Gilberto Kassab,

Ao cumprimentar respeitosamente Vossa Excelência, incumbido da responsabilidade de somar as vozes dos cidadãos do Município de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (UF), venho por meio desta Carta apresentar nosso posicionamento para o relatório nacional para a Nova Agenda Urbana.

Reconhecendo a necessidade do envolvimento dos Governos Locais na construção da Nova Agenda Urbana, como líderes dos seus territórios, capazes de efetivar e multiplicar os compromissos assumidos em diálogo com as comunidades;

Reiterando as prioridades dos temas tratados na Conferência, competências estas também municipais, a listar: planejamento urbano e territorial, governança e legislação urbana, habitação, saneamento, defesa civil e mobilidade, desenvolvimento econômico local, gênero e demais intervenções nos assentamentos humanos;

Exprimindo a particular preocupação com a situação dos governos municipais, com possibilidades limitadas de desenvolvimento e geração de bem-estar, responsáveis por nossas cidades e aglomerações urbanas em que se concentram 70% da população total, principalmente nos territórios com menores recursos e de populações mais pobres;

Defendemos que o posicionamento brasileiro alcance os seguintes pleitos:

1. Acolher as diversas vozes dos cidadãos discutidas em cada Município com as respectivas lideranças locais eleitas, por meio da incorporação destes agentes políticos nos espaços de construção do documento de posição Brasil, assim como em outras instâncias deste processo, a notar-se a composição das delegações nacionais de negociação no âmbito da Conferência das Nações Unidas.
2. Fortalecer os espaços de diálogos permanentes sobre estes temas com as representações do movimento municipalista, a fim de que indicadores e prazos possam ser amplamente analisados e consensuados, principalmente no que tange a novas responsabilidades aos governos locais.
3. Fomentar mecanismos de planejamento e execução intersetoriais de políticas públicas, a fim de que as propostas indicadas nesta Nova Agenda Urbana encontrem arranjos institucionais capazes de potencializar os esforços dos diferentes níveis de governo e da sociedade.
4. Comprometer os governos nacionais a realizar de fato a assistência técnica necessária aos governos locais para a elaboração e a implementação dos instrumentos de planejamento urbano, a destacar a revisão dos planos diretores, conforme determinado pelo Estatuto da Cidade, e o alcance de metas estabelecidas em acordos internacionais.
5. Otimizar os investimentos federais e estaduais para projetos urbanos que tornem as cidades resilientes e com capacidade de adaptação e resposta às mudanças climáticas, particularmente inundações e secas, construindo um sistema de prevenção de desastres efetivo, conforme previsto no Marco de Ação de Hyogo e no documento em discussão sobre os Objetivos dos Desenvolvimento Sustentável.
6. Priorizar os recursos da União destinados a apoiar os Municípios na universalização do acesso aos serviços de abastecimento de àgua potável, tratamento de esgoto sanitário, manejo adequado de resíduos sólidos e aumento da reciclagem em prazo viável para que o povo brasileiro tenha maior qualidade de vida nos centros urbanos até 2030, como consta do Plano Nacional de Saneamento Básico.
7. Integrar a todas as políticas de habitação recursos para a provisão de infraestrutura urbana, como pavimentação, sistemas de drenagem, iluminação pública e acesso a serviços básicos, a fim de ampliar e aprimorar os investimentos em urbanização com sustentabilidade.
8. Promover políticas de inclusão social voltadas à segurança urbana e prevenção da violência em espaços públicos e privados, em especial dos grupos em situação de vulnerabilidade, como mulheres, idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes sem qualquer distinção.
9. Fomentar o desenvolvimento econômico local sustentável, propiciando ambiente de negócios que favoreçam a criação de empregos, a inovação e o estabelecimento de empresas, especialmente os pequenos negócios.
10. Estimular os governos nacionais a assumirem suas corresponsabilidades em relação ao financiamento e à regulação para a execução de estratégias compartilhadas nas já conflituosas regiões metropolitanas, assim como apoiar a realização do plano de mobilidade urbana sustentável e sua implementação com acessibilidade e acesso ao transporte coletivo em todos os portes de Municípios, conforme instituído na Política Nacional de Mobilidade Urbana.
11. Promover uma reforma de Estado capaz de aprimorar a gestão administrativa, com a disponibilização de métodos e ferramentas voltados ao incremento e gerenciamento da receita municipal, a fim de restabelecer a capacidade de os governos locais entregarem serviços públicos urbanos de qualidade e com equidade à totalidade da população.
12. Propor a revisão da data de realização da Conferência para que ela possa ocorrer após o encerramento do período eleitoral brasileiro, que se encerrará no mês de outubro de 2016.
13. Incentivar a troca de experiências e acordos de cooperação entre os governos locais de diferentes países, com destaque aos povos vizinhos da América Latina, como forma de encontrar soluções conjuntas para o enfrentamento das desigualdades urbanas e desafios ambientais observados em todo o globo.
14. *(Espaço para inserção de informações de seu Município e demandas locais sobre as transformações desejadas para os próximos vinte anos (listar). Caso não utilize, pedimos a exclusão deste item).*

Respeitosamente,

Prefeito(a): xxxxxxxxxxxx